

## XXIX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS

### “COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA”: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM PERNAMBUCO (1964)

#### RESULTADO DE INVESTIGAÇÃO FINALIZADA

#### GT06 – IMAGINÁRIOS SOCIAIS, MEMÓRIAS E PÓS-COLONIALIDADE

**Resumo:** Em 1964 os militares brasileiros com o apoio de determinados seguimentos da sociedade civil tomaram o poder através de um golpe de Estado. A necessidade de abrigar os presos políticos durante a fase dos interrogatórios, fez com que fosse criada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, uma unidade de detenção batizada ironicamente pelos militares como “Colônia de Férias de Olinda”. O objetivo central deste trabalho é perceber fragmentos de memórias traumáticas referentes ao período de detenção dos presos que passaram pela unidade. Além dos traumas provocados, analisaremos o funcionamento da prisão a partir da análise dos prontuários e relatórios dos agentes que trabalharam a serviço do governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** MEMÓRIA, DITADURA, PRESOS POLÍTICOS

JOSÉ RODRIGO DE ARAÚJO SILVA

Em 1942, o escritor Jorge Luís Borges publicou um conto que sintetiza as preocupações dos historiadores que se debruçam nos estudos sobre a memória e a narrativa. *Funes, o memorioso*, traz à baila uma questão crucial a respeito dos limites entre o indivíduo e o ato de (re)memorar os acontecimentos vividos. No conto, Funes é um rapaz de dezenove anos que nos idos do século XIX vive na cidade de Fray Bentos, no Uruguai. Após sofrer uma queda de um cavalo, o protagonista do conto fica paraplégico e por conta de uma lesão cerebral, sua capacidade dos sentidos se torna mais aguçada.

O que acontece com Funes é um efeito inverso ao que normalmente é constatado pelos estudos da medicina moderna. Ao invés de perder parcial ou totalmente a memória, o protagonista de Borges tem sua memória potencializada ao extremo, não existindo, portanto, uma seleção dos eventos por ele vivenciados. O ato de lembrar os eventos do passado passou a ser uma compilação em forma de arquivamento da memória de todos os detalhes daquilo que foi vivido pelo protagonista. Funes não seleciona e não problematiza aquilo que ficou registrado em sua mente, apenas verbaliza, com riqueza total de detalhes, todas as situações presenciadas.

O conto do Borges é o mote para discussão que pretendemos levantar a respeito dos usos da memória e suas implicações nos estudos sobre os anos da ditadura militar no Brasil. Além de uma discussão geral sobre o tema, abordaremos a questão da memória do ponto de vista dos traumas, ou dos eventos e situações traumáticas vivenciadas pelos depoentes que direta ou indiretamente tiveram contato com a *Colônia de Férias de Olinda*, uma unidade de detenção para presos políticos que desenvolveu suas atividades na cidade de Olinda - Pernambuco. Ao contrário do Funes (a quem um trauma desencadeou um efeito de excessos na memória), tomaremos como análise o não dito, as interdições e os confrontos presentes na memória daqueles que sofreram situações traumáticas em 1964.

Como ponto de partida, iniciaremos o nosso debate discutindo alguns autores que utilizaram a memória como fonte de estudo. O primeiro dos autores que iremos tratar abordou o tema do ponto de vista sociológico. Maurice Halbwachs parte do princípio de que as lembranças são construções sobre o passado influenciadas pelo presente. Para isto, o autor defende a ideia de memória coletiva, afirmando que as memórias são construções sociais coletivas associadas a grupos e a partir delas as pessoas estabelecem uma relação com a identidade do grupo ao qual fazem parte. A memória individual seria, portanto, uma (re)significação sobre o passado, alicerçada na memória coletiva e passível de influências de acordo com as questões colocadas pelo presente.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda dos dados emprestados do presente, e, além disso, preparadas e outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 71)

Halbwachs desenvolveu sua análise na perspectiva dos “quadros sociais da memória”. Segundo esta teoria, a linguagem, o tempo e o espaço são elementos que constituem os enquadramentos da memória. Para tal análise, o autor utilizou grupos sociais como a família, grupos religiosos e classes sociais analisando do ponto de vista coletivo a construção da memória desses grupos. Com esta teoria, Halbwachs reafirma a ideia de identidade associada à memória coletiva.

O grupo é condição necessária para a memória da mesma maneira que a memória é condição indispensável para a existência do grupo. Os

diversos grupos coletivos funcionam como suporte da memória coletiva. A convicção de Halbwachs de que a memória é sempre coletiva reforça a importância desses quadros sociais, já que, para ele, nossas lembranças sobre um evento sempre são coletivas, mesmo que somente nós estivemos envolvidos (ANSARA, 2009, p. 70).

Jacques Le Goff, por sua vez, problematizou a memória dentro de uma perspectiva histórica. Para ele, a memória seria a propriedade de conservar informações sobre o passado. O autor pontuou, de acordo com os períodos históricos, como algumas sociedades lidaram com a memória e como esta esteve por vezes associada a uma relação de poder. Segundo Le Goff,

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Desta forma, quando uma sociedade estabelece uma relação com determinados aspectos da sua cultura, dos seus valores e até mesmo da sua história, ela está garantindo os espaços da manutenção de grupos sociais no poder. Da mesma maneira que ocorre com os elementos que são renegados ao esquecimento. Os fatos, nomes e situações que comprometam de alguma forma a manutenção dos grupos e/ou indivíduos no poder, serão “esquecidos” ou colocados em segundo plano. Nas sociedades contemporâneas podemos perceber estas práticas nas construções dos calendários anuais de feriados e comemorações, além dos acervos em museus e arquivos públicos. As “escolhas” serão feitas, portanto, de acordo com os interesses vigentes.

Ao relacionarmos as teorias da memória aos períodos das ditaduras militares na América Latina, e em especial ao Brasil, percebemos que esta disputa entre a memória e o esquecimento é algo muito presente no momento do pós-abertura política nesses países. A luta pela memória da resistência, pelo paradeiro dos desaparecidos políticos e pelo reconhecimento do Estado da existência de torturas e demais crimes contra a humanidade estão diametralmente opostos aos interesses daqueles que são acusados de cometerem tais atrocidades e que, portanto, presam pelo esquecimento. Ao reconhecer que estes crimes foram cometidos por agentes a serviço do governo, em muitos casos ligados às Forças Armadas, o Estado precisa tomar um posicionamento punitivo – o que ocasionaria transtornos aos membros ainda em atividade. Desta forma, por interesses particulares ou até mesmo por barganhas políticas, os governos optam pelo silêncio e a indiferença.

Paul Ricoeur (2007) ao pensar o esquecimento, sugere três formas de manifestação deste: memória impedida, memória manipulada e esquecimento comandado. A memória impedida teria uma relação com o inconsciente freudiano e as interdições na memória. A segunda forma de esquecimento teria uma relação com a narrativa, tendo em vista que ao selecionarmos determinados eventos e outros não na construção narrativa, automaticamente existe uma “manipulação” proposital ou involuntária da memória. Já o terceiro tópico referente ao esquecimento comandado, corresponde ao esquecimento institucional – como ressaltamos anteriormente ao mencionarmos as seleções de arquivos, museus e datas comemorativas. Esta forma de esquecimento subscreve uma tentativa de controle ideológico e neste caso a memória

teria um papel fundamental. “*Esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz*” (RICOEUR, 2007, p. 455).

As memórias podem ainda passar por situações diversas de interdições, quando associadas a eventos ou situações traumáticas. Retomando o viés literário do início deste artigo, elucidaremos uma obra que trata deste tema da memória traumática para que tenhamos uma melhor definição deste conceito. No livro *A Pedra Arde*, Eduardo Galeano relata a história de uma criança que encontra uma pedra com poderes mágicos de rejuvenescimento e oferece esta a um homem idoso que possui marcas e cicatrizes resultadas de eventos passados. Apesar de ter a possibilidade de tocar a pedra e apagar estes traumas, o senhor opta por não fazê-lo. Ao expor as suas razões, ele elucida que apesar de traumático, o passado o constitui e faz deste o indivíduo que é. Apagar este passado seria o mesmo que negar a sua existência e a essência que o constitui. Mais do que isso, as marcas físicas e psicológicas seriam a persistência da memória como resistência que está além da esfera individual e passa a atingir a coletividade, como podemos observar no trecho que segue.

Estes dentes não caíram sozinhos. Foram arrancados à força. Esta cicatriz que marca meu rosto não vem de um acidente. Os pulmões... a perna... Quebrei a perna quando escapei da prisão ao saltar um muro alto. Há outras marcas mais, que você não pode ver. Marcas visíveis no corpo e outras que ninguém pode ver. Se quebro a pedra, estas marcas somem. E elas são meus documentos, compreendes? Meus documentos de identidade. Olho-me no espelho e digo: ‘Esse sou eu’, e não sinto pena de mim. Lutei muito tempo. A luta pela liberdade é uma luta que nunca acaba. Ainda agora, há outras pessoas, lá longe, lutando como eu lutei. Mas minha terra e minha gente ainda não são livres, e eu não quero esquecer. Se quebro a pedra cometo uma traição, compreendes? (GALEANO *Apud* ROVAI, 2010, p. 11).

As marcas da memória aparecem no relato quando a personagem afirma: “*há outras marcas mais, que você não pode ver*”. As memórias traumáticas estão presentes nos indivíduos que passaram por situações de conflitos psicológicos em ocasiões diversas. Esses traumas podem ser motivadores para diversos outros problemas como o desenvolvimento de fobias, transtornos e distúrbios emocionais. Quando não resolvidos, os traumas podem acompanhar estes indivíduos ao longo de suas vidas. Em Pernambuco, assim como em muitos estados do Brasil, a violência utilizada pelos agentes da repressão foi determinante para que inúmeros presos políticos e até mesmo pessoas que não tinham uma relação direta com os núcleos da resistência, criassem traumas em suas memórias.

### **Colônia de Férias de Olinda e a estrutura da repressão em Pernambuco**

Através de um golpe de Estado, os militares brasileiros tomaram o poder em 1964. Essa tomada do poder de Estado foi precedida de uma articulação entre os militares com o empresariado brasileiro, a classe média, o apoio de setores conservadores da Igreja Católica e o financiamento dos Estados Unidos. O golpe além de uma garantia de manutenção dos privilégios historicamente vigentes no país, buscou estancar os avanços sociais que aos poucos estavam sendo conquistados pelas camadas sociais menos favorecidas no país. Segundo Caio Navarro de Toledo, “*o golpe estancou*

*um rico e amplo debate político e ideológico que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classes, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc.”* (TOLEDO, 2004, p. 69).

Para os militares, havia algo de peculiar na conjuntura política e social que compunha o Estado de Pernambuco em meados dos anos 60. Já na década de 30, o Estado era considerado um dos maiores focos do comunismo no país, recebendo diretamente de Felinto Müller, chefe da Polícia Federal naquela ocasião, as orientações de como deveriam ser as ações policiais no controle social (SILVA, 2011). Com o advento do golpe, o cenário pernambucano não passará despercebido pelos militares que voltarão uma atenção especial ao Estado.

Fernando Coelho (2004) ao ressaltar essas particularidades, nos alerta sobre a representação da Igreja Católica em Pernambuco, nas articulações que precederam o Golpe, além da participação em maior escala dos trabalhadores urbanos e principalmente dos setores rurais com os Sindicatos Rurais e a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), posteriormente denominada de “Ligas Camponesas” (MONTENEGRO, 2003).

O surgimento de muitos movimentos de esquerda em momentos anteriores ao golpe preocupava as elites locais. Exemplo disso é a formação da *Frente do Recife*<sup>1</sup> em 1955. Ao ressaltar o aumento da participação popular nas diretrizes políticas do Estado, Roberto Oliveira de Aguiar nos esclarece que:

Existiram dois importantes movimentos que se empenharam por mudanças sociais em Pernambuco durante o período de 1955-1964. Foram eles: a) Frente do Recife e b) A sindicalização rural, processo no qual as Ligas Camponesas também desempenharam um papel fundamental. O primeiro marca a chegada das práticas políticas populistas no Estado, enquanto o último foi o único movimento que obteve êxito, pelo menos parcialmente, em mudar uma relação estrutural, isto é, as relações de produção na zona canavieira da região (AGUIAR, 1993, p. 185-186).

As tensões chegaram ao máximo com a ascensão de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em 1962. A preocupação do novo governador em realizar o que chamava de “Revolução sem violência” gerou conflitos com os interesses dos setores rurais, que até então possuíam as diretrizes da política no Estado. As propostas de Arraes, centradas em propiciar aos menos favorecidos melhores condições de vida, foram interpretadas por essas elites como subversão, o que levou a oposição a acusar o governador de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que encontrava-se na ilegalidade.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) que teve sua criação em 13 de maio de 1960, ainda no governo de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, também foi alvo das especulações oposicionistas. Fundamentalmente, as atividades iniciais do MCP estavam relacionadas à alfabetização das massas sob a perspectiva da cultura popular. Entretanto, o trabalho dos integrantes do movimento passou a ampliar suas diretrizes e conscientizar os trabalhadores estimulando uma consciência política e social, impulsionando, desta forma, sua participação na vida política do país através da

---

<sup>1</sup> José Arlindo Soares em seu livro *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964* define a Frente como “uma aliança político-partidária constituída em 1955, entre comunistas, socialistas e correntes de esquerda independentes, com base em um programa de cunho democrático e nacionalista.” Cf.: SOARES, 1982, p. 21.

educação de base que utilizava além da alfabetização, música, teatro e artes plásticas como forma de promover o acesso à cultura.

Nessa luta pelo avanço da organização mobilização/popular, salienta-se a importância conferida à educação que era entendida numa dupla dimensão: elemento do processo de mobilização/organização popular e escolarização da classe trabalhadora. [Consequentemente] todas as atividades desse governo se pedagogizaram, porque são políticas e se politizaram na medida em que são pedagógicas (SOUSA apud BARBOSA, 2010, p. 233).

Todos esses elementos que precederam o golpe foram importantes para a configuração do quadro político e social no Estado de Pernambuco. Notadamente, a intensificação da participação popular ligada aos movimentos de esquerda motivou uma reação forte dos setores mais conservadores e da elite local. Joseph Page (1972) em seu clássico *A Revolução que Nunca Houve – O Nordeste do Brasil 1955 – 1964*, aponta os momentos de tensão e os esforços que caracterizaram as mudanças em Pernambuco e sua capital.

No alvorecer dos anos 60, um sopro de excitação e prenúncios atravessou a mortalha tropical da cidade. O poder político parecia estar se deslocando, de modo lento, mas perceptível, de um círculo de famílias ricas para um movimento populista de amplas bases. Liberais e progressistas de todas as matrizes, desde devotos católicos até membros do Partido Comunista, estavam se unindo num esforço maciço. Sua meta era democratizar o governo da cidade e do estado, utilizar o poder político para fazer justiça econômica e social às massas pobres urbanas e rurais, mudando, assim, as estruturas da sociedade que eles sentiam terem condenado o Nordeste ao atraso e à extrema pobreza (PAGE, 1972, p. 22).

Com a oficialização do golpe militar, o governador Miguel Arraes, o prefeito do Recife Pelópidas Silveira e tantos outros foram presos. Iniciou-se uma verdadeira ‘caça às bruxas’ em todo Estado. Todas as pessoas que estavam direta e indiretamente ligadas ao governo de Arraes ou que eram consideradas de esquerda passaram a ser perseguidas. Políticos, artistas, intelectuais, líderes de sindicatos (urbanos e principalmente rurais), integrantes das ligas camponesas e membros do Partido Comunista ou de partidos de esquerda foram intimados e presos nos primeiros meses de 1964. Entre os principais perseguidos estavam os camponeses. Muitos foram torturados e mortos durante as perseguições e integram a lista de desaparecidos políticos no país.

Cerca de duas mil pessoas foram presas nessa busca incessante por “elementos subversivos”. Os quartéis do Recife e Região Metropolitana estavam superlotados. Como não havia lugar para comportar tanta gente, os militares passaram a alojar muitas dessas pessoas em delegacias; salas da Secretaria de Segurança Pública e até mesmo locais inusitados e sem preparo para receber e hospedar presos como o Hospital do Câncer do Recife. A princípio, não havia uma seleção dos presos e uma divisão por envolvimento, camada social ou classificação de outras ordens. O mais importante para os militares era a certeza de que qualquer pessoa suspeita estivesse isolada nesses locais até segunda ordem.

No dia 28 de abril de 1964, foi criada oficialmente a Colônia de Férias de Olinda, sob a direção do Major do Exército Walter Moreira Lima. No prontuário correspondente à Colônia podemos encontrar a ficha de entrada contendo a lista com o nome dos presos, a data de sua prisão e de saída. O curto tempo em que passavam no

local para depois serem conduzidos a outras unidades nos sugere que a Colônia seria um local de isolamento para presos políticos que, enquanto aguardavam as suas sentenças, deveriam permanecer neste local.

Apressadamente, após os primeiros dias do novo governo vigente no país, os militares foram acomodando os presos políticos e suspeitos envolvidos com movimentos sindicais, ligas camponesas, estudantes e dissidências da esquerda de diversas ordens. A princípio, não havia uma logística ao separar e conduzir esses presos, entretanto, a necessidade de organizar e conduzir da melhor forma o cotidiano dos locais de detenção, levaram os responsáveis pela Colônia de Férias de Olinda a elaborar uma espécie de Regimento interno com itens e normas de conduta e manutenção do local para aqueles que passaram a habitá-lo.

A retirada dos presos da Colônia de Férias acontecia muitas vezes durante a noite. Severino Bezerra da Silva, preso político da Colônia de Férias, afirma que boa parte da saída para os interrogatórios eram feitas no período noturno e pela madrugada. Saíam geralmente em grupos. O portador do ofício contendo o nome dos presos que deveriam ser retirados para interrogatório, apresentava o documento ao responsável pela unidade (sempre endereçada ao diretor Walter Moreira Lima) que só então liberava a saída dos presos escoltados pelos soldados encarregados. Quando questionado sobre o dia em que foi retirado da Colônia para prestar depoimento na SSP, Severino revela:

Eu disse um bocado de mentira. (risos) Eu ia dizer o que eu não sabia? O que eu não vi e não sabia? “Não, eu não sei não”, “o povo disse, mas isso é conversa”. Agora tinha coisa que a gente tinha feito mesmo [...] Eu ia dizer o que? Nem eu sabia o que era comunista, o que era política, não sabia o que era... Mas o que é que a gente ia dizer? Mas queriam saber. Aí o camarada tinha que inventar um bocado de mentiras pra fazer a cabeça deles. Assinavam e diziam: vai simhora! [sic]. A meia-noite é que eles soltavam o povo (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

Apesar das tentativas de persuasão através das técnicas utilizadas, os presos conseguiam, a partir de inúmeras estratégias, despistar os interrogadores nas inquirições. Neste trecho da entrevista, também é possível observar que muitos presos mentiam para satisfazer aos anseios dos militares que buscavam incessantemente por informações que levassem a outros indivíduos considerados por estes como “subversivos”. Além de tentar forçar a todo custo a confissão dos detentos para que estes assumissem os atos de que eram por ventura acusados. Muitos – como Severino – eram camponeses que nem sabiam o motivo das prisões. Eram pessoas que foram detidas, interrogadas e muitas vezes submetidas a maus tratos pela mera acusação de “pertencerem a Arraes”.

Severino Bezerra relembra emocionado os motivos pelos quais foi preso e encaminhado até a Colônia de Férias de Olinda. Em seu depoimento, podemos encontrar elementos remanescentes das práticas do coronelismo e dos abusos cometidos através de fazendeiros locais. Quando questionado sobre as motivações de sua prisão, Severino categoricamente responde:

- Olhe, aquilo que aconteceu em 64 não foi uma Revolução como eles falam. Aquilo foi um golpe! (choro). Então... Chegaram aí um grupo mandado de “Chico Heráclio”. Já ouviu falar de Chico Herácio? Era os mandão daqui. E disseram que aqui tinha um negócio de comunista. Com raiva do povo né? Tinha um outro fazendeiro aqui um tal de Alberto que se juntou com eles e começou a perseguir o

povo e prender aqui. Muita gente desapareceu até hoje (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

No relato de Severino podemos perceber o quanto o período correspondente à sua prisão foi significativo ao ponto de deixar transparecer em suas memórias as marcas traumáticas que foram geradas com todo o processo. Ao enfatizar que “*aquilo que aconteceu em 64 foi um golpe*”, Severino deixa claro que tinha consciência do que se passava e apesar da pouca instrução, conseguia discernir bem a conjuntura de uma “Revolução” para um “golpe”. Quando interpelado sobre o tema percebe-se inicialmente um tom de revolta e mágoa em seu discurso que logo se desfaz em lágrimas emocionadas de um tempo em que teve a liberdade cerceada.

Durante diversos momentos em que concedeu a entrevista, Severino demonstrava muita dificuldade em externar os sentimentos através dos relatos, silenciando muitas vezes nos momentos mais intensos. Michael Pollak ao estudar o silêncio entre os grupos perseguidos na Alemanha Nazista ressalta que “*o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais*” (POLLAK, 1989, p. 5). Para o autor, as memórias permanecem subterrâneas até o momento de se afirmarem diante das produções de memórias tidas como “oficiais”. Os discursos daqueles que foram perseguidos, presos e sofreram torturas físicas e psicológicas durante a ditadura militar no Brasil, enquadra-se neste patamar. É o direito à memória silenciada pelos mecanismos do Estado ditatorial que emerge dentro da democracia e busca se afirmar na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Oito de Março, 2005.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife: da frente ao golpe – Ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.
- ANSARA, Soraia. *Memória política, repressão e ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.
- BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: Liceu, 2010.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- CITTADINO, Monique. Estado Autoritário Pós-64: Perspectivas Historiográficas. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, jan./dez. 1997.
- COELHO, Fernando. *Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2003.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil. 1955/1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 pág. 3-15. 1989.
- PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A pedra arde: o direito à memória contra a sedução do esquecimento. In: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jul./dez. 2010.
- SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*. 2007 (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo de Arraes: Nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TOLEDO, Caio de Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (org). *O golpe e a Ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: SP: Edusc, 2004.